

As instituições literárias em Portugal no século XIX

Rodrigo do Prado Bittencourt¹

Universidade de Coimbra

rodrigopbittencourt@gmail.com

Resumo: Este artigo busca analisar as instituições literárias mais importantes em Portugal durante o século XIX: a Universidade de Coimbra, a Academia, a escola pública, a imprensa, o Estado e os salões. Busca, assim, perceber as relações de poder que se estruturaram de modo mais ou menos permanente e organizado no “campo”, na acepção que Bourdieu (1996) dá a este termo.

Palavras-chave: Portugal; século XIX; literatura; instituições.

Abstract: This article seeks to analyze the most important literary institutions in Portugal during the nineteenth century: the University of Coimbra, the Academy, the public school, the press, the State and the halls. Search thus realize the power relations that were structured more or less permanently and organized in the “field”, in the sense that Bourdieu (1996) gives to this term.

Key words: Portugal; nineteenth century; literature; institutions.

Recebido em 18/12/2019

Aceito em 07/02/2020

¹ Rodrigo do Prado Bittencourt (19/10/1984 -): possui graduação em Ciências Sociais (USP, 2007), mestrado em Teoria e História Literária (UNICAMP, 2013) e doutoramento em Literatura de Língua Portuguesa: Investigação e Ensino (Universidade de Coimbra, 2017). Segue a linha de estudos que contempla as relações entre Literatura e Sociedade. Publicou mais de 30 artigos acadêmicos; em seis países: Alemanha, Brasil, Chile, Estados Unidos, França e Portugal. É membro do corpo editorial de nove revistas acadêmicas, leciona há mais 10 anos e tem publicado contos.

Quem publica, obviamente, deseja ser lido. O autor pode desejar ser lido por um pequeno e seletivo público ou buscar estratégias para alcançar amplas vendas, mas, certamente, seja qual for o público desejado, ele deve existir para que a obra cumpra sua função social e artística. As escolhas do público, por sua vez, influenciam e são influenciadas pela valorização feita pela universidade ou pela escola. Para Moretti, ao contrário do que geralmente se pensa, escolas e universidades apenas consolidaram e ratificaram o que já era sucesso entre o público leitor:

[...] o equívoco nasce da ideia errada de que o cânone novelístico é uma criação da escola (e da universidade). Isso é falso; levou gerações para a escola ‘aceitar’ o romance e, mesmo então, a escola simplesmente adotou aqueles textos que já haviam sido selecionados pelo mercado (com algumas exceções). (MORETTI, 2003, p. 156).

Não se deve subestimar a força e a influência de instituições como a Academia de Letras, a Universidade e a Escola. Elas acabam sustentando um grupo seletivo de escritores tidos como “refinados” e “de qualidade”, que poderia não existir sem este apoio. Bourdieu (1996, p. 169) chega a chamá-los de “produtores-para-produtores”, uma vez que não se preocupam em vender muito, mas preferem a admiração de outros escritores; produzindo arte para quem também a produz:

Por conseguinte, os produtores-para-produtores dependem muito diretamente da instituição escolar, contra a qual, de resto, insurgem-se constantemente. A escola ocupa um lugar homólogo ao da Igreja, que, segundo Max Weber, deve “fundar e delimitar sistematicamente a nova doutrina vitoriosa e defender a antiga contra os ataques proféticos, estabelecer o que tem e o que não tem valor de sagrado, e fazê-lo penetrar na fé dos leigos”: através da delimitação entre o que merece ser transmitido e reconhecido e o que não o merece, reproduz continuamente a distinção entre as obras consagradas e as ilegítimas e, ao mesmo tempo, entre a maneira legítima e a ilegítima de abordar as obras legítimas. (BOURDIEU, 1996, p. 169).

As instituições de saber e estudo colocam-se, portanto, como defensoras do *status quo* anterior, que ligava a arte a um longo processo de criação, a uma leitura cuidadosa, a uma crítica criteriosa e à erudição, por fim. Elas tentam refrear as rápidas mudanças advindas da economia de mercado e da transformação da arte em simples mercadoria, num processo de construção de um público massivo e de fórmulas de sucesso fácil que reduziram a criatividade e fundaram a produção em série de bens culturais.

Este processo de resistência, entretanto, nem sempre é o único empreendido pelas instituições citadas acima. Elas podem mesmo realizar o oposto, em determinados casos, e aliar-se ao mercado e ao afã comercial, promovendo críticas favoráveis que atuam como propulsoras das vendas da obra. Isso sem falar que eventos e celebrações acadêmicas, como as comemorações do centenário de um autor, podem levar a uma ampliação do número de obras vendidas. O oposto, entretanto, também é verdadeiro: uma produção com fins meramente comerciais ligada a uma determinada obra – como um filme, uma série de TV ou uma adaptação em banda desenhada, por exemplo – pode levar a um fortalecimento do interesse acadêmico por aquele autor.

Deve-se atentar, porém, para a heterogeneidade do público: se alguns aguardam a avaliação dos pesquisadores e acadêmicos famosos para poder escolher as obras que consumirão, outros podem querer evitar exatamente as obras apreciadas por estes eruditos. Se a depreciação de uma obra por parte das instituições ligadas ao conhecimento pode levar alguns a não lê-la, o elogio também tem este poder. Uma obra alardeada como muito superior a tudo mais que já se escreveu pode assustar o leitor e fazer com que ele não a queira, por vê-la como “difícil” ou “maçante”. O grande público pode andar na contramão das instituições consagradoras do cânone literário.

Tais instituições são formadas por meio de um corpo altamente especializado, que se dedica muitas vezes exclusivamente ao tema. Daí seu caráter de proximidade ao cenário pré-capitalista de erudição e cultivo do saber sem ligação com os ganhos pecuniários. Para chegar à posição de poder em que alguém pode influenciar as leituras de outros e arbitrar a concorrência entre as diversas obras que constantemente surgem e buscam seu lugar no campo, para tornar-se, enfim, uma autoridade no assunto, são necessários muitos anos de dedicação e de rompimento com a lógica do lucro imediato. São estes leitores especializados, mais que quaisquer outros, que influenciarão a arte na escolha dos rumos que esta tomará. Eles imortalizam suas leituras por meio da crítica literária. Além deles, há os artistas, que influenciados por suas leituras, produzirão suas próprias obras.

Uma obra ainda está viva quando tem leitores. Os teóricos da “estética da recepção” enfatizaram o papel do leitor na própria produção literária, sua influência sobre as direções subsequentes dessa produção. Entretanto, não é o leitor comum (abstração que só pode concretizar-se como sombra, pela via indireta e enganadora das tiragens, das vendas ou dos documentos relativos à distribuição e ao consumo), mas o sim *o leitor que se torna escritor* quem define o futuro das formas e dos valores. O que leva a literatura a prosseguir sua

história não são as leituras anônimas e tácitas (que têm efeito inverificável e uma influência duvidosa, em termos estéticos), mas as leituras ativas daqueles que as prolongarão, por escrito, em novas obras. (PERRONE-MOISÉS, 1998, p. 13).

Somente os detentores de altos cargos na carreira da docência universitária, os membros de academias de Letras e os autores consagrados possuem autoridade o suficiente para se fazerem ouvir fora dos meios especializados e atingirem o grande público por meio da imprensa e da influência na formação dos currículos da educação básica. A escola atua, assim, como meio de difusão dos ditames da universidade, embora não sem conflitos e contradições.

A continuidade entre estas instituições é manifesta até mesmo nos pré-requisitos de acesso à universidade, mas nem sempre uma acompanha a outra no mesmo passo, seja pela morosidade escolar em questionar, como faz a universidade, as verdades já enraizadas; seja mesmo por um ato de resistência e de autoafirmação. Ambas, porém, tendem a se unir enquanto instituições que buscam justificar-se pelo valor próprio do conhecimento que ministram e não por sua aplicação imediata e importância econômica. Neste aspecto, vê-se a ligação com a aristocrática defesa da tradição que escola e universidade apresentam, em oposição à lógica imediatista da burguesia.

Outro ambiente estabilizador e mesmo com poder de divulgação e consagração de um artista no século XIX é o salão. Herança do século XVIII e da vivência aristocrática, os salões com seus saraus, festins temáticos e mesmo reuniões informais de intelectuais e artistas contribuíram para a carreira de muitos escritores. Entretanto, tratou-se de um fenômeno mais propriamente francês, que não se fortaleceu tanto em Portugal:

Entre nós, no acanhado meio lisboeta, o fenômeno salão não tinha grandes possibilidades de se desenvolver; apesar de tudo, na década de 40, ele experimentaria um surto interessante. Um reduzido número de famílias tinham, então, a seu cargo animar a vida da boa sociedade da capital; predominavam entre elas representantes da antiga nobreza mais ou menos liberalizada e grandes negociantes e banqueiros, na sua maioria recentemente nobilitados. Na lista dos seus convidados figuravam alguns intelectuais e políticos proeminentes. (SANTOS, 1979, p. 107).

Talvez os salões não se espalhassem tanto por Portugal devido a outro fenômeno, de maior capilaridade: os jantares literários. Eça mesmo protagonizou com alguns amigos algo curioso sobre este assunto. Sempre que ela ia a Portugal, reunia-se com seus amigos literatos e intelectuais da chamada Geração de 70 e este animado grupo costumava sempre jantar junto, enquanto conversava sobre assuntos diversos, como por exemplo: literatura.

O grupo tinha a alcunha de “Vencidos da Vida” e foi escrita uma matéria sobre ele num jornal. Ao que Eça, com sua fina ironia, respondeu afirmando que achava estranho que se noticiasse que um grupo de pessoas simplesmente jantasse. Ainda aproveita para criticar grupos que criavam rituais, hierarquias e protocolos para suas reuniões à mesa, como era o caso de um grupo que se reunia em torno de Herculano:

A par dos salões havia jantares literários que eram exclusivamente frequentados por intelectuais, como os famosos jantares na casa de Herculano na Ajuda, aos sábados (entre outros apareciam Oliveira Marreca, Rebelo da Silva, Bulhão Pato, Lopes de Mendonça, Francisco Maria Bordalo, etc), ou, às quartas-feiras, os jantares de Rebelo da Silva (os convivas eram os mesmos, com pequenas variantes) – Herculano pontificava; muitos dos frequentadores desses jantares tinham iniciado a carreira trabalhando com ele, como era o caso de Rebelo da Silva. Tais jantares eram expressões da existência de uma espécie de *sociedade de apoio mútuo*, que, apesar de informal, tinha o seu presidente, uma hierarquia, rituais de acesso (os próprios jantares desempenhavam por vezes essa função – por exemplo, um jantar celebrado quando da apresentação de G. de Amorim, acabado de chegar do Brasil e que Luís Augusto Palmeirim elogiara numa reunião na Ajuda). (SANTOS, 1979, p. 109).

Também jantares literários e salões podem ser encarados como instituições literárias e também apresentam um caráter e uma origem deveras aristocrática. Subsistem, entretanto, mesmo diante do avanço burguês e muitas vezes passam a ser presididos por novos-ricos desejosos de reconhecimento e prestígio ou por recém-nobilitados advindos da burguesia. Esta, entretanto, buscará no Estado um aliado para a difusão de seus interesses políticos no que se refere ao âmbito da cultura, nomeadamente o nacionalismo. Sua admiração pela arte é mais uma questão de elegância que de sinceridade, por isso não pode possuir o cosmopolitismo da aristocracia do século XVIII. Mais que isso, seus interesses econômicos e políticos são distintos e caminham em direção ao protecionismo como modo de garantir o amplo domínio do mercado interno. Ora, também seu gosto artístico irá neste sentido e a cultura servirá de justificativa ideológica para desejos e interesses de outra ordem.

Pode-se, efetivamente, afirmar que o século XIX assistiu ao crescimento da ligação entre literatura e nacionalismo. Aliás, ela própria passa a ser motivo de ufanismo patriótico e o Estado, a quem quase sempre interessa o nacionalismo, saberá dar incentivo a este tipo de abordagem. Em Portugal, Teófilo Braga foi expressão desta vertente nacionalista da história literária. Para ele, a literatura portuguesa é comparável apenas às Grandes Navegações dos séculos XV e XVI e ela é um dos fatores fundamentais que garantiram a autonomia de Portugal e sua existência política ao longo dos séculos:

Tão importante é a história dos Descobrimientos marítimos dos Portugueses, como a da sua literatura; este poder de acção e de criação estética explica o fenómeno sociológico da sua autonomia política através das crises das nacionalidades peninsulares, das conflagrações europeias, e do empirismo boçal dos seus próprios governantes. (BRAGA, 1909, p. 1).

Com a sua ascensão, a burguesia vai conseguir, com o tempo e muita luta política, a introdução de livros que coadunavam com seus valores no chamado “cânone ocidental”. Há que se lembrar que a formação deste é extremamente política: livros formadores/consolidadores de idiomas nacionais de grupos que conquistaram o poder político serão valorizados. Assim, uma obra que represente a consolidação e a estruturação do idioma castelhano, como *Dom Quixote*, entrará no cânone, mas não uma que cumpra a mesma função para o idioma basco, catalão ou o galego. Isso não quer dizer que o clássico de Cervantes não tenha qualidades dignas de atenção e que sua permanência no cânone se deva apenas a questões políticas. É evidente que não! Por outro lado, é difícil ignorar que o nascimento das chamadas “literaturas nacionais” foi quase que concomitante à consolidação dos Estados nacionais e que a consagração de uma obra pode ser impulsionada pela realidade política que a envolve.

Os grandes clássicos modernos surgem em diversos países da Europa Ocidental justamente no momento em que esta consolidava sua nova formação política: *Dom Quixote*, na Espanha, *Os Lusíadas*, em Portugal, e *Hamlet*, na Inglaterra. Não se trata de negar a qualidade de nenhuma destas obras, é preciso reiterar; entretanto, seria muito romântico imaginar que a humanidade teve um surto de genialidade num curto período de cinquenta anos sem nenhuma influência externa, explicado tão somente pelo acaso. Tais obras são de valor inestimável, sem dúvida, mas não foi isso que levou o Estado a renderem homenagem a seus autores e, sim, o interesse em formar uma consciência nacional.

Evidentemente, a academia, a escola e mesmo o patrocínio direto de alguns chefes de Estado contribuíram para a canonização de determinadas obras e há um forte aspecto político na escolha deste e não daquele autor; desta e não daquela obra. Exemplo disto é o patrocínio dado pela Coroa Espanhola a Joaquín Ibarra y Marín entre 1773 e 1780 para a publicação de uma edição fidedigna e luxuosa do livro sobre o Cavaleiro da Triste Figura.

Não é de se admirar que a primeira obra incontestavelmente canônica de língua alemã só venha a surgir mais tarde, uma vez que o país ainda não estava unificado no

século XVI e, portanto, não tinha importância política o suficiente para impor-se culturalmente e ingressar no cânone. Tampouco deve-se estranhar o fato de romenos, húngaros, suecos, finlandeses, noruegueses, suíços, austríacos e uma infinidade de outros povos não terem nenhuma de suas obras literárias conhecidas mundialmente, de modo comparável às já citadas. Não se trata de falta de genialidade ou incapacidade atávica, mas de força política e não se está desvalorizando as obras consagradas ao se perceber isso.

O cânone é formado também a partir de escolhas políticas e isso se dá a partir de categorias como nacionalidade e identidade. Categorias necessariamente políticas, uma vez que são representações de uma coletividade criada historicamente – não importando se a partir de um substrato identitário pré-existente ou se inteiramente nova, como demonstra Benedict Anderson (2008). Além disso, a disputa no interior do campo literário traduz questões de classe, culturais e de poder político (se Gonçalo Ramires escreve por aspirar a uma cadeira em São Bento é porque o campo literário não está isento de questões políticas, mas é perpassado por elas). A obra literária aparece aqui, portanto, como uma arma dentro de um conflito maior, que se dá por meio de questões estéticas, mas com desdobramentos muito além do domínio puramente artístico.

Não se pode deixar de lado que mesmo a valorização dos idiomas nacionais foi fruto de um longo processo de luta política, em que a defesa da modernidade representou uma defesa do Estado nacional e dos grupos a ele associados. A mais célebre universidade inglesa – a Universidade de Oxford – durante muito tempo recusou-se a dedicar-se a estudos de obras literárias em língua vernácula. Ela preservou a visão de que os estudos clássicos eram os únicos dignos de serem institucionalizados e manteve o uso do latim no meio acadêmico durante séculos.

Apenas tardiamente, Oxford sucumbiu às pressões, modernizando-se. Ora, este percurso não pode ser entendido senão dentro de uma luta entre conservadores e liberais dentro da Inglaterra e entre Oxford e sua maior rival: Cambridge. Com efeito, o latim e o grego preponderaram por muito tempo e isto tem ligação com a própria autonomização do campo literário. Ao menos esta é a visão de Pascoale Casanova, cujas ideias são explicadas sucintamente por Cunha (2011), no seguinte parágrafo:

O primeiro momento desta história consistiu na formação do espaço literário internacional no século XVI, com a defesa da dignidade das línguas/literaturas vernáculas face às línguas

e literaturas clássicas (greco-latinas). A segunda grande transformação deu-se com o seu alargamento, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, em virtude da instauração, por Herder, de um novo critério de legitimidade literária (face ao classicismo francês), centrado na originalidade nacional/popular. A articulação língua/nação permitiu reivindicar uma igualdade literária entre todas as nações. O capital literário tornou-se símbolo da identidade nacional, tal como a língua, e um fundamento da razão política. (CUNHA, 2011, p. 80-81).

Diante de tamanha importância política, a chamada “literatura nacional” passa a ser cultuada oficialmente e este culto é ensinado às gerações vindouras por meio da escola. A institucionalização da literatura por meio da escola e da universidade é sem dúvida um dos aspectos mais importantes para a análise do campo literário. Ela se dá concomitantemente ao avanço cada vez maior da escola pública em vários países europeus, inclusive Portugal:

Ao nível da instrução, o projecto educativo liberal, definido na primeira metade do século, começou a ser concretizado em 1851 e, em consequência disso, o grau de escolarização aumentou bastante. Ao levar o esclarecimento à população, ao prepará-la para a vida profissional e ao formar o cidadão liberal, a escola pública revelava-se um elemento essencial no movimento de estruturação do Estado-Nação. (NETO, 1998, p. 237).

Deste modo, a escola difundirá a literatura como meio de formação de uma consciência da identidade nacional e fortalecimento do nacionalismo. Por este motivo, não é qualquer literatura que se estuda nos bancos escolares, mas, antes de tudo, a “literatura nacional”. A abertura que se dá às obras e literaturas estrangeiras aparece quase como um reconhecimento envergonhado de que os outros povos também têm literatura e até escrevem uma ou outra coisa de qualidade. Logo, porém, alunos e professores deixam de lado os estrangeiros para debruçar-se sobre a produção literária nacional. O próprio declínio dos clássicos liga-se ao fator nacionalidade: cultuar obras estrangeiras, ainda que antigas e importantes para a própria cultura nacional, é dar poder ao estrangeiro e ao cosmopolitismo. Este declínio do clássico, realmente, não vem de hoje: Eça já o denunciava.

E ao terminar, recordando esta imensa obra, tão espalhada glória, pergunto o que ficará, daqui a séculos, de Vítor Hugo? Talvez apenas o nome – como ficou o de Homero, o de Ésquilo, o de Dante. Com o longo volver dos tempos, os nobres gênios que fizeram vibrar mais fortemente a alma do seu tempo, passam pouco a pouco a ser apenas – o estudo dos comentadores. Profeta popular outrora, aclamado nas praças – hoje in-fólio de biblioteca, a que só a alta erudição sacode o pó. Quem lê hoje Homero? Quem lê Dante? Qual de vós, qual de nós leu a *Odisseia* e *Os Sete diante de Tebas*, e Sófocles, e Tácito, e o *Purgatório*, e os dramas históricos de Shakespeare, e até Voltaire, e até Camões? Decerto, têm-se opiniões

sobre o «nobre estilo de Tácito», e a «ironia de Aristófanes»; mas essas sentenças transmitem-se, já feitas, para uso da Eloquência, um pouco apagadas e cheias de verdete, como os patacos que vão de mão em mão. Cita-se Virgílio – mas lê-se Daudet. (QUEIRÓS, 2009, p. 174).

Assim, a literatura acaba por servir a propósitos políticos e não pode mais ser vista como alheia aos conflitos de classe e outras influências socio-históricas. Mesmo o que nela parece ser mais sólido e duradouro – o cânone – é condicionado politicamente. Aliás, sobretudo o cânone. De modo que, às vezes, mesmo o que se afirma como nacional, pouco tem de verdadeiramente local e original. Eça de Queirós pode, muito lucidamente, comentar: “literatura francesa, de que a nossa é um reflexo ao mesmo tempo bisonho e afectado” (Queirós, 2009, p. 166).

O verdadeiro controle social não está neste ímpeto ufanista da burguesia e do Estado nacional, que tenta produzir uma educação nacionalista. Não há perigo nenhum nisso, pois, como já se viu, a educação portuguesa da segunda metade do século XIX está longe de ter alguma eficácia. O perigo maior está na “indústria cultural” (Adorno; Horkheimer, 1985): uma produção burguesa, que tende a veicular valores burgueses, que justificam e naturalizam a ordem vigente como a melhor possível e a única viável. Além disso, livros voltados apenas ao entretenimento buscam alienar o leitor de sua verdadeira condição social e, sobretudo, de classe.

A disseminação de ideais retrógrados pode ser feita pela mais fina e sofisticada obra de arte, mas muito mais perigosos são os produtos da “indústria cultural”. Não apenas porque atingem um público bem maior, bem como porque não fazem seu consumidor refletir sobre algo. Ao contrário, estes produtos “pensam” pelo consumidor, levando a um entretenimento vazio e a um adormecimento da postura crítica e autônoma. Neste sentido é importante concordar com Rebelo, que afirma:

É a burguesia reformista e esclarecida que apoia e estimula a democratização do livro, fazendo da leitura um instrumento de progresso, mas também de controlo social. É neste contexto que tem de ser interpretada, a para da oferta e difusão das obras de carácter formativo e profissional, a existência de uma numerosa literatura moral e edificante, que se detecta em quase todas as bibliotecas públicas surgidas no século XIX. (REBELO, 1998, p. 3).

Isso se dá em todos os países, mas é ainda mais intenso em locais como Portugal, em que uma única universidade dominou o cenário intelectual durante tanto tempo. Esta realidade acabou por imprimir um carácter elitista ao ensino português

Uma sociedade de formação universitária elitista tende a ter um cânone conservador e homogêneo, em oposição a países em que não haja um único centro de poder e referência intelectual, mas vários centros reconhecidos e dispersos por diferentes locais e classes sociais. Além disso, tende a ver sua literatura como elemento de glória nacional e controle social, difundindo valores que lhe são caros. Não foi à toa que escreveu a *Revista Universal Lisbonense*: “A arte é sobretudo honrada quando se divertem em exercê-la cavalheiros e damas a quem o sangue e a posição social conferiram o ceptro da polícia de costumes e do bom gosto social” (REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE apud SANTOS, 1979, p. 107). A falta de uma imprensa fortemente desenvolvida, amparada em um extenso público leitor plenamente alfabetizado, também contribuiu para esta elitização conservadora, que insiste em manter suas tradições e em permanecer alheia às mudanças que ocorrem no resto da sociedade.

Falando de sua geração, Eça de Queirós coloca a experiência universitária como opressiva, retrógrada e bizarra. Justamente um local que deveria ser um centro de liberdade de expressão e questionamento crítico apresenta-se como o oposto. Some-se isso o ultramontanismo de grande parte desta sociedade conservadora, sobretudo nas pequenas cidades e na zona rural, onde vivia a maior parte da população. Assim, dificilmente, haverá espaço para a liberdade e a criatividade que a arte demanda para existir. Nem mesmo se pode esperar alguma mudança vinda das “Luzes”, ou seja, do conhecimento, pois ele, no Portugal do século XIX, é mais uma tortura que um aprendizado formativo. Diz Eça sobre a Universidade de Coimbra:

[...] negra e dura como uma muralha, pesando, dando sobre as almas, estava a Universidade. Por toda essa Coimbra [...] se erguia ela, com as suas formas diferentes de comprimir, escurecer as almas: – o seu autoritarismo anulando toda a liberdade e resistência moral; o seu favoritismo, deprimindo, acostumando o homem a temer, a disfarçar, a vergar a espinha; o seu literalismo, representado na horrenda sebenta, na exigência do *ipsis verbis*, para quem toda a criação intelectual é daninha; o seu foro, tão anacrônico como as velhas alabardas dos verdeais que o mantinham; a sua negra torre, donde partiam, ressuscitando o *precepto* da Roma jesuítica do século XVIII [...]. A Universidade, que em todas as nações é para os estudantes uma *Alma Mater*, a mãe criadora, por quem sempre se conserva através da vida um amor filial, era para nós uma madrasta amarga, carrancuda, rabugenta, de quem todo o espírito digno se desejava libertar, rapidamente, desde que lhe tivesse arrancado pela astúcia, pela empenhoca, pela sujeição à “sebenta”, esse grau que o Estado, seu cúmplice, tornava a chave das carreiras. Verdadeira chave dos campos, no dizer francês, abrindo para a independência, para a vida e para a beleza das coisas naturais. No meio de tal Universidade, geração como a nossa só podia ter uma atitude – a de permanente rebelião. (QUEIRÓS, 1913, p. 347-348).

Não é de estranhar a revolta dos estudantes diante de tão autoritária e antiquada instituição. O fato de ter sido a Universidade de Coimbra o único centro de estudo superior de Portugal, com exceção dos seminários de formação eclesiástica, durante séculos, contribuiu ainda mais para tal isolamento social e falta de atualização. A ausência de cursos com um viés mais prático e técnico, em que se valorize a aplicação do conhecimento no cotidiano foi uma realidade durante muitos anos. Assim, predominava em Coimbra o curso de Direito, com um viés conservador e distância em relação às reais necessidades da sociedade portuguesa, justificando o valor de seu conhecimento por si mesmo, sem criar uma mentalidade dinâmica e criativa, mas antes submissa e artificial. Sabe-se que, em 1872, o número de alunos da Faculdade de Direito correspondia a 55% do total de todos os alunos da Universidade de Coimbra. A repercussão deste fato não pode ser outra senão uma hipertrofia do setor jurídico do país, em detrimento de outras carreiras também importantes: Portugal, em 1880, podia gabar-se de ter formado 1.266 bacharéis em Direito e apenas 280 médicos (FRANÇA, 1999, p. 520).

Este quadro fez com que alguns intelectuais portugueses, como Oliveira Martins, lutassem pela implantação de novos cursos superiores no país; numa tentativa de preparar profissionais capacitados para enfrentar as novas demandas da economia portuguesa e de diminuir o poder da tão afamada universidade. No Porto e em Lisboa, portanto, serão constituídos novos centros de ensino, de modo a atender a estas exigências. A aplicação prática e a atualização dos conhecimentos ministrados se colocarão como exigências dirigidas a estes novos centros, de modo a fazer frente ao conhecimento meramente mnemônico e formal de Coimbra, ainda muito tipicamente escolástica. A este respeito, escreveu Oliveira Martins:

Todos sabem de que gênero é a educação secundária: todos sabem o que é a instrução superior, em tudo que não diz respeito às profissões técnicas (medicina, engenharia, etc.), cuja importância é para o nosso caso subalterna. Com tal ensino se cria em Coimbra um viveiro de estadistas que anualmente caem sobre Lisboa pedindo fama e empregos. O proprietário é, em geral, iletrado, o capitalista é brasileiro. A fortuna dos ricos, a sorte dos pobres, vão pois guiados por uma coisa pior ainda que a ignorância – a ciência falsa, pedante sempre. (MARTINS, s/d, v. 2, p. 297).

Assim, o empoderamento excessivo de Coimbra acaba por prejudicar tremendamente a sociedade portuguesa, tão carente de difusão de conhecimentos. A escola pública, que deveria realizar este papel, sofre também de mazelas que fazem dela pouco eficaz. Com isso, o ensino e a difusão da alfabetização e da literatura mostram-se

pouco mais que sonhos no século XIX português. Até porque o ensino repressor e puramente mnemônico pode até alfabetizar, mas dificilmente formará leitores. Se é que entre os objetivos efetivos, e não apenas teóricos, da escola pública portuguesa da segunda metade do século XIX estivesse realmente o de formar leitores. Tudo indica que não. Trindade Coelho (1986, p. 275) testemunha o espírito repressor desta educação: no “colégio eram proibidos os romances ou quaisquer livros que não fossem de estudo”. Assim, o conhecimento é tratado como algo diametralmente oposto à liberdade e à criatividade. A sebenta e o compêndio são vistas como as únicas leituras adequadas a estes jovens e assim não se formam leitores, mas se oprimem mentes jovens. O próprio Eça de Queirós (1945) é testemunha disso, apresentando números preocupantes a este respeito, já em 1872, num texto com o sugestivo título de *Melancólicas reflexões sobre a instrução pública em Portugal*, ele denuncia, n’*As Farpas*, o estado lamentável da educação básica portuguesa:

Existindo no País, segundo as últimas estatísticas, 700.000 crianças, e não sendo justo que se apertem na estreiteza abafada de uma escola mais de 50 alunos, (e já é fazer transpirar de mais tenros cidadãos imberbes) segue-se que deveríamos ter 14.000 escolas...

Temos 2.300!

Das 700.000 crianças que existem em Portugal o Estado, nessas 2.300 escolas – ensina 97.000.

Ora sabem quantos cursos nocturnos havia em Portugal em 1862? – 62!

Em Itália, país de população apenas quántupla, e cuja instrução se arrasta vagarosamente, havia – 5000!

O professor de instrução primária é o homem no País mais humildemente desgraçado, e mais cruelmente desatendido.

Mas ouçam! Já em 1813 a junta directora dos estudos pedia ao Governo que, pelo menos, desse aos professores primários 200\$000 réis. Pedia-se isto há 60 anos! A junta dizia, energicamente: “decidamo-nos; sem ordenados suficientes não há professores idóneos”. Em 1813, 200\$000 réis para um professor era considerado pelas repartições competentes um ordenado – apenas suficiente. E em 1872, com o extraordinário aumento dos preços, a triplicada carestia da vida – o professor tem ainda de ordenado os velhos 120\$000!

Além disso o professor de instrução primária não tem carreira. Está fechado no seu destino como numa desgraça murada: crescer-lhe-ão os filhos, vir-lhe-ão os cabelos brancos, terá educado gerações, e continuará sem esperança de melhoria a sofrer dentro dos seus 120\$000 réis!

Na última inspecção – de entre 1687 professores, só foram encontrados com habilitações literárias 263! E só foram julgados zelosos – 172! (QUEIRÓS, 1945, p. 121-128).

Não é opinião apenas deste autor que o ensino em Portugal vai mal: outros concordam e, como se vê acima, os números oficiais o confirmam. Mesmo dentre aqueles a que Eça se opunha há a constatação desta triste realidade. É assim que dirá Herculano a respeito da carreira de professor no interior do país: “Só a extrema miséria, a

desesperação da fome pode arrastar um indivíduo, que saiba ler e escrever, a sepultar-se numa aldeia remota e pobríssima, para aí morrer lentamente à míngua” (HERCULANO apud SOUSA, 2008, p. 52).

Fez-se necessária esta longa digressão para deixar claro qual é o cenário que o escritor do século XIX terá de enfrentar para conseguir se estabelecer no campo literário de seu país. O conservadorismo do principal centro intelectual do país e a deplorável situação do ensino escolar colocam-se como barreira para o fortalecimento de algum grupo que contestasse o *establishment*. Some-se a isso o analfabetismo e a dificuldade de se iniciar uma carreira ainda pouco autônoma, como a de escritor.

Diferente da França, por exemplo, em que a ampla parcela escolarizada da população sustentava uma poderosa imprensa e um conceituado ensino universitário e o Estado, as classes altas e toda a *intelligentsia* se viam contestados por novos intelectuais, dispostos a romper com o *status quo* vigente, Portugal passava por uma grande estagnação cultural e social. Graças a este marasmo, os contestadores foram obrigados a adotar uma postura ferocíssima; sendo encampada, dentre outros, pelo próprio Eça de Queirós. Tão combativo por toda a sua vida, mas sobretudo no início de sua carreira como romancista, este escritor desempenhará uma intensa atividade artística e política para conseguir deixar de ser um desconhecido *outsider* e impor à toda a sociedade o confronto de suas ideias contra as forças retrógradas do país. Luta política – é importante frisar – que não se deu de outro modo senão por meio da própria escrita.

Certamente, foi só com o tempo que Eça e a Geração de 70 foram aceitos enquanto artistas e intelectuais de peso. Até chegar neste patamar, porém, estes artistas inovadores demarcarão muito bem sua posição em confronto contra o tradicionalismo, a inépcia do Estado, a apatia das massas, a mesquinhez e a ignorância da burguesia, a indiferença aristocrática, o parasitismo eclesiástico e a estupidez romântica. Não se trata, portanto, apenas de uma nova concepção estética e uma nova escola literária; é muito mais que isso: trata-se de todo um país e dos vícios de toda uma sociedade. Entretanto, trata-se também de uma nova concepção estética e uma nova escola literária. Por que não?

O aspecto combativo da novidade em luta contra o postiço, o caduco, o desgastado e o já superado aparece na ironia e nas críticas feitas por Eça ao longo de toda sua obra. A escola realista/naturalista tenta afirmar-se no campo e, para isso, trata de combater e deslegitimar a escola dominante, já estabelecida. Como tentou se mostrar acima, este

processo não é eventual e esporádico, mas mesmo estrutural; constitutivo do campo. Para que servem as instituições literárias se não para garantir o domínio do grupo já estabelecido? Nenhum autor canônico está imune de uma revisão do cânone que questione sua posição ali. Nenhum está acima de contradições e teve sua aceitação e consagração incontestadas e “naturalmente” estabelecidas. Daí a necessidade de criar mecanismos que perpetuem o poder dos que já o detêm. Assim, vê-se Bourdieu escrever sobre a luta pela aceitação de uma nova escola e a manutenção do grupo dominante e consagrado. Luta que se mostra ontológica para o campo:

Não é suficiente dizer que a história do campo é a história da luta pelo monopólio da imposição das categorias de percepção e de apreciação legítimas; é a própria *luta* que faz a história do campo; é pela luta que ele se temporaliza. (BOURDIEU, 1996, p. 181).

Referências bibliográficas

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese do campo literário*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRAGA, T. *História da literatura portuguesa (Recapitulação)*. Porto: Livraria Chardron, 1909.

COELHO, T. *Os meus amores*. 3. ed. Lisboa: Ulisseia, 1986.

CUNHA, C. M. F. *A(s) geografia(s) da literatura: do nacional ao global*. Guimarães: Opera Omnia, 2001.

_____. O nacionalismo do cânone literário português em contexto escolar: entre o ético e o estético. *Ave Azul: revista de arte e crítica de Viseu*, Viseu, p. 25-53, Verão 2002/2005.

CUNHA, M. R. *A inscrição do livro e da leitura na ficção de Eça de Queirós*. Coimbra: Almedina, 2004.

FRANÇA, J.-A. *O romantismo em Portugal: estudos e factos socioculturais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

MARTINS, J. P. O. *Portugal Contemporâneo*. 2 vols. Mira-Sintra: Europa-América, s/d.

MORETTI, F. *Atlas do romance europeu: 1800-1900*. 1. ed. Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.

NETO, M.; VAQUINHAS, I. M. Agricultura e mundo rural: tradicionalismo e inovações. In: TORGAL, L. R.; ROQUE, J. L. (Ed.). *História de Portugal: o liberalismo*. Direção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

PERRONE-MOISÉS, L. *Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

QUEIRÓS, J. M. E. *Uma campanha alegre*. Porto: Lello e Irmão, 1945. 2 v.

QUEIRÓS, J. M. E. Uma carta sobre Victor Hugo [(Carta ao director d'A *Ilustração*)]. In: _____. *Cartas públicas*. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Direção de Carlos Reis. Lisboa: Imprensa nacional; Casa da Moeda, 2009.

REBELO, C. A. *A difusão da leitura pública: as bibliotecas populares (1870-1910)*. Lisboa, 1998. Dissertação (Mestrado em História Social Contemporânea) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa. 140 p.

SANTOS, M. L. L. Sobre os intelectuais portugueses no século XIX: do Vintismo à Regeneração. *Análise Social*, Lisboa, v. 15, n. 57, p. 69-115, 1979.

SOUSA, M. J. F. *A postura de Eça de Queirós à luz dos debates educacionais em Portugal*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 106 p.